

Segundo a Comissão de Licitações, o preço da Recorrente é exequível porque não foi encontrado, inclusive após realização de Vistoria na sede empresarial, qualquer elemento que viesse a comprometer o resultado da contratação.

Assim, Comissão de Avaliação realizou vistoria, analisou notas fiscais, documentos contábeis e demais instrumentos, diretamente na sede da Recorrente, e nada constatou de irregular ou que justificasse a inexecutabilidade do preço.

**Pelo exposto, a Comissão de Licitações, acertadamente, julgou a proposta de preço de forma regular e segundo critérios objetivos.**

Por outro lado, a autoridade revogante da decisão adotou a fórmula subjetiva, isto é, perda de confiança e que o preço ofertado não evidencia qualidade.

Ora, se à Administração compete respeitar o Princípio da Legalidade, acertou sobremaneira ao realizar a diligência e, ainda mais, em aplicar o inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93, supra transcrito.

**Sem embargo, acaso o preço possa parecer inexecutável, não compete à administração, simplesmente porque perdeu a confiança, revogar a licitação – é paradoxal imaginar que via pregão a administração deseja contratar a preço mais elevado porque suspeita do preço ofertado.**

A Recorrente demonstrou, através de documentos e elementos técnico-objetivos que é capaz, legalmente, de ofertar o prato-feito a R\$ 3,20. Ou seja, através do art. 48, II da Lei 8.666/93, que possui critério objetivo (e não a mera perda de confiança), a Recorrente evidenciou que possui insumos para o prato-feito com valores coerentes com a execução do futuro contrato.

Ainda, segundo o art. 48, II supra, os coeficientes de produtividade devem ser atendidos, sob pena de desclassificação e, no caso em discussão, a Recorrente demonstrou que possui Atestados de Capacidade Técnica que comprovam a sua produtividade em número bem acima ao do exigido pela UFVJM.

**Portanto, quando a autoridade optou por revogar sob a justificativa de que o preço ofertado evidencia má qualidade e, assim, ocasionou perda de confiança, em nenhum momento houve, a bem da verdade, análise e fundamentos sob crivos objetivos e sequer levou em consideração ou mesmo motivou, a executabilidade demonstrada pela Recorrente.**

Portanto, este particular-recorrente demonstrou, documentalmete, que é capaz de ofertar o prato-feito ao valor unitário de R\$ 3,20.

O **Tribunal de Contas da União**, através do Acórdão nº. 697/2006, Plenário, Relator Min. Benjamin Zymler, assim proferiu decisão:

No que se refere à inexecutabilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre